



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 22.829/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.744.458/0001-60, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, **tempestivamente**, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Edital, ao alegar que:

i.) O item 19.3 do Edital não pode exigir o registro da pessoa jurídica no CREA, mas tão somente a do profissional – pessoa física, devendo haver a exclusão de requerimento de exigência de registro de atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica em conselho profissional ou de requerimento de acervo da pessoa jurídica em conselho profissional;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

ii.) Tratando-se de uma concessão de serviços públicos, deveria ter sido comprovada a realização prévia de audiências públicas para viabilizar a participação popular e a certeza da boa competitividade do certame, devendo haver a suspensão do certame para que sejam regularizadas as fases essenciais descumpridas, no caso, a da audiência pública;

iii.) Projeto, termo de referência, planilha de viabilidade econômica fundados em estudo de viabilidade técnica (ETP e planilha) desatualizados, causam potencial dano ao objetivo do certame, enquanto estudos atuais de viabilidade técnica servem para evitar posteriores revisões contratuais por inexequibilidade, devendo haver a imediata inserção do ETP (Estudo Técnico Preliminar) e da Planilha de Viabilidade Econômica, devidamente atualizados.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

II. DAS CONSIDERAÇÕES PÓS DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Nada obstante, com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem **23.11** do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, o processo foi encaminhado para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Diante do exposto pela Secretaria solicitante em sua nota técnica anexada ao presente processo, esta mantém as exigências como medidas necessárias para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

III. DA DECISÃO

Isto posto, estando a presente decisão fundamentada integralmente no parecer técnico emitido pelo setor competente, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, subsidiado pela manifestação da Secretaria requisitante às fls. 17 a 24 do processo administrativo nº 17.824/2025.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 23 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
M O B I L I D A D E E
U R B A N I S M O



NOTA TÉCNICA

Assunto: Esclarecimento técnico sobre a natureza das atividades relacionadas ao serviço de gestão do estacionamento rotativo - Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

Origem: Secretaria de Mobilidade e Urbanismo

Interessado: Comissão de Licitação / Pregoeiro Municipal

Esta Nota Técnica tem por finalidade esclarecer os aspectos técnicos que envolvem a contratação dos serviços de mobilidade urbana, com foco na implantação, operação e manutenção de sistema de gestão de estacionamento rotativo pago em vias públicas, objeto do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, notadamente no que diz respeito à necessidade de registro profissional da empresa contratada junto ao CREA/CAU.

O Edital em referência prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mobilidade urbana por meio de uma plataforma integrada de gestão do estacionamento rotativo, que compreende, entre outros elementos:

- Instalação, operação e manutenção de parquímetros multivaga e multisserviço;
- Implantação de terminais de autoatendimento;
- Execução de fiscalização embarcada veicular com câmeras e leitura de placas;
- Fornecimento de softwares de controle e fiscalização;
- Instalação e integração de equipamentos de suporte em área pública;
- Infraestrutura para rede de comunicação e energia associada aos sistemas implantados.

Embora a solução licitada envolva componentes tecnológicos e digitais, a execução prática do serviço exige a realização de atividades técnicas diretamente vinculadas à engenharia, especialmente nas áreas de engenharia elétrica, engenharia de telecomunicações, engenharia de computação, engenharia civil e engenharia de transportes.



Dentre essas atividades, destacam-se:

1. Elaboração de projeto técnico executivo de instalação dos equipamentos nas vias públicas, respeitando normas de acessibilidade, sinalização viária e segurança operacional;
2. Execução de infraestrutura elétrica e lógica para interligação dos dispositivos (parquímetros, sensores, câmeras, etc.);
3. Fixação e ancoragem de equipamentos ao solo urbano, com possível intervenção em calçadas, postes ou mobiliário público;
4. Intervenções em pavimentação ou mobiliário urbano, inclusive com utilização de ferramentas e métodos técnicos próprios da engenharia civil;
5. Monitoramento técnico da operação por meio de sistemas integrados, exigindo atuação de profissionais capacitados na engenharia de computação ou automação.

A execução segura, eficiente e tecnicamente adequada desses serviços pressupõe a atuação de profissional legalmente habilitado e a vinculação da empresa ao conselho profissional competente, nos termos da Lei Federal nº 5.194/1966 e das resoluções do CONFEA/CREA.

A Secretaria de Mobilidade e Urbanismo entende que a prestação dos serviços previstos no edital em apreço não pode ser realizada de maneira regular sem a interveniência de atividade técnica de engenharia. Portanto, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 59 da Lei nº 5.194/1966, é plenamente justificada a exigência de que a empresa contratada esteja regularmente registrada no CREA ou CAU, conforme o caso.

Tal exigência não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.

A exigência de **comprovação de experiência técnica-operacional** prevista no Edital encontra amparo no art. 67, §1º da Lei 14.133/2021, que autoriza a



Administração a exigir dos licitantes demonstração de capacidade para execução do objeto.

Conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, a operação do Estacionamento Rotativo do Município de Nova Friburgo abrange **3.384 vagas**, distribuídas em áreas de alta demanda, com tecnologia embarcada de fiscalização e integração com plataformas digitais. Tal complexidade **exige experiência comprovada** em sistemas de grande porte, para garantir o interesse público e a segurança jurídica do Município.

A **definição das parcelas de maior relevância** está claramente justificada nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência, atendendo ao disposto no art. 18, IX da Lei 14.133/2021. Ressalta-se que a Administração realizou **pesquisa de mercado prévia**, confirmando que existem **diversas empresas aptas a atender os requisitos do edital**, o que **não caracteriza restrição indevida à competitividade**.

Ademais, a jurisprudência do TCU e a doutrina majoritária, como leciona Marçal Justen Filho, reconhecem o **poder discricionário da Administração** para definir os parâmetros técnicos do objeto, desde que justificados, o que foi plenamente observado neste caso.

A Lei alude a parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo. Não se trata de requisitos cumulativos, mas é mais evidente a configuração da hipótese quando tal cumulação ocorre. Quando não ocorrer, caberá à Administração justificar a razão da escolha, apontando motivos de ordem técnica que conduzem à necessidade da escolha realizada.

Cabe também a citação da **Súmula Nº 13 de 7 de fevereiro de 2023 do TCE/RJ**:

“Nos editais de licitação, caso haja exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de certificado no qual conste referência a quantitativos mínimos, tal exigência deve ser limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado e não pode ser superior a 50% do quantitativo pretendido, salvo justificativa específica e tecnicamente fundamentada.”

Bem como a **SÚMULA TCU 263**:



“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Mais especificamente sobre os pontos abordados em sede de impugnação, cumpre realizar os seguintes apontamentos a fim de complementar o já dito acima:

I- REQUERIMENTO DE ATESTADO DA PESSOA JURÍDICA REGISTRADO EM CONSELHO DE CATEGORIA PROFISSIONAL

A esse respeito assim se manifesta a autora:

“Equívoco comum em processos licitatórios é a confusão entre a capacidade técnica do profissional atestada por conselho específico e a da empresa, de mote burocrático.

Totalmente impertinente que se exija atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica que esteja “averbado” ou “registrado” por conselho profissional, pelo simples fato de que este atua apenas em face da pessoa física.”

Insiste ainda a autora:

“A questão chegou ao TCU que firmou, por anos, que a necessidade IMPRETERÍVEL não é a do registro da pessoa jurídica no, mas, sim, a do PROFISSIONAL - PESSOA FÍSICA - eis que a entidade atua exatamente controlando a atuação de pessoas no mercado.”

Vamos promover rápida leitura de alguns julgados:

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve



ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

Acórdão 470/2022-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO

*É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes **deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.***

Acórdão 1542/2021-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER”

A exigência tem o simples condão de dar segurança ao gestor de os atestados apresentados são verídicos e que foram acompanhados por profissional regularmente autorizado para tal.

Veja que a própria impugnante ao trazer recortes de deliberação e posicionamento do TCU reforça a cobrança de capacidade técnico operacional, já que o tribunal admite a cobrança, recomendando que não se estabeleça óbice a competitividade, o que não se aplica a exigência feita.

Perceba ainda, que é possível exigir qualificação técnica profissional nos moldes da **resolução 1137/2023**, como se verifica abaixo:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
M O B I L I D A D E E
U R B A N I S M O



Da Emissão de Certidão de Acervo Operacional - CAO

Art. 53. A Certidão de Acervo Operacional – CAO é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do(s) Creas, o registro da(s) anotação(ões) de responsabilidade técnica (ART) registrada(s).

Art. 54. A CAO deve ser requerida ao Crea pela pessoa jurídica por meio de formulário próprio, conforme o Anexo VI.

Art. 55. A CAO, emitida em nome da empresa conforme o Anexo V, deve conter as seguintes informações:

- I – Identificação da pessoa jurídica;
- II - Identificação do(s) responsável(veis) técnico(s) da pessoa jurídica;
- III – relação das ARTs, contendo para cada uma delas:
 - a) Identificação dos responsáveis técnicos;
 - b) Dados das atividades técnicas realizadas;
 - c) Observações ou ressalvas, quando for o caso.
- IV – local e data de expedição; e
- V – autenticação digital.

Parágrafo único. A CAO poderá ser emitida por meio eletrônico.

Art. 56. A CAO é válida em todo o território nacional.

§ 1º A CAO perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação da ART.

§ 2º A validade da CAO deve ser conferida no site do Crea ou do Confea.

Art. 57. A CAO deve conter número de controle para consulta acerca da autenticidade e da validade do documento.

Por sua vez, temos que lembrar que a lei 14.133/2023 trouxe, em homenagem a jurisprudência e doutrina, a obrigação de cobrança de capacidade técnica operacional,

Por fim, a impugnante alega que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica-operacional com fundamento no **artigo 55 da resolução 1025/2009 do CONFEA**, pasmem, resolução esta que já se encontra **REVOGADA**.

II- AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A esse respeito assim se manifesta a autora:

“Não houve comprovação da realização prévia da AUDIÊNCIA PÚBLICA, tratando-se de uma CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

A ausência de audiências públicas mostra-se conclusivamente equívoco de publicidade sine qua non e que inviabiliza a certeza da boa competitividade do certame.”

Ora, carece esclarece que o presente certame não se presta a contratação de uma Concessão Pública e sim uma Prestação de Serviço, como se vê abaixo:

“O Município de Nova Friburgo, através de sua Comissão Permanente de Pregão I, torna público que realizará licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO



GLOBAL POR LOTE, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTI-SERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE - MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.”

Assim, não há mais nada a acrescentar, além de recomendar uma leitura mais acurada por parte da autora acerca do objeto a ser licitado, já que no caso de Prestação de Serviço não é exigência a realização de Audiência Pública prévia.

III- AUSÊNCIA DE QUESITOS GARANTIDORES DA VIABILIDADE FINANCEIRA

Manifesta a autora e relação a essa questão:

“Ainda que o certame seja regido pela lei antiga, já revogada, COMO SE TRATA DE CONCESSÃO, os dois documentos TERIAM de estar insertos no corpo do processo.”

Mais uma vez a autora menciona procedimentos inerentes a Concessão Pública, mostrando total desconhecimento do que de fato está sendo licitado. No mais, só nos resta informar que no Estudo Técnico Preliminar deste Pregão encontram-se todos os elementos legais necessários para apresentação de uma proposta firme e forte por parte dos interessados.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
M O B I L I D A D E E
U R B A N I S M O



Diante de todos os esclarecimentos prestados, esta Secretaria reafirma que o processo de implantação do sistema de estacionamento rotativo no Município de Nova Friburgo foi conduzido em estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como em total conformidade com as normas federais, estaduais e municipais que regem a matéria.

A ampla participação popular, a robusta fundamentação técnica apresentada nos Estudos Preliminares, o alinhamento com o Plano de Mobilidade Urbana vigente e o compromisso com a transparência e a eficiência administrativa demonstram que o Município adotou um modelo moderno, seguro e juridicamente sustentável.

Importante destacar que o estacionamento rotativo não se apresenta como um fim em si mesmo, mas como uma política pública estruturante, voltada à promoção da mobilidade urbana, à democratização do espaço público e à dinamização do comércio local. Trata-se de um instrumento de gestão que, se corretamente implementado, contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população friburguense.

Por todo o exposto, reitera-se a improcedência dos questionamentos apontados na denúncia, estando os atos administrativos ora analisados revestidos de legalidade, legitimidade e finalidade pública.

À luz das competências técnicas exigidas para a prestação do serviço e da legislação aplicável, esta Secretaria manifesta-se pela manutenção da exigência constante dos itens do edital.

Nova Friburgo, 22 de maio de 2025.

LUIZ FILIPE IAGGI LAGINESTRA

Secretário de Mobilidade e Urbanismo

Mat.: 63.785



SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão I

À Secretaria Municipal de Mobilidade e Urbanismo

Processo Licitatório nº 22.829/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Trata-se o presente processo de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.744.458/0001-60, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Edital, ao alegar que:

- i.) O item 19.3 do Edital não pode exigir o registro da pessoa jurídica no CREA, mas tão somente a do profissional – pessoa física, devendo haver a exclusão de requerimento de exigência de registro de atestado de



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

capacidade técnica da pessoa jurídica em conselho profissional ou de requerimento de acervo da pessoa jurídica em conselho profissional;

ii.) Tratando-se de uma concessão de serviços públicos, deveria ter sido comprovada a realização prévia de audiências públicas para viabilizar a participação popular e a certeza da boa competitividade do certame, devendo haver a suspensão do certame para que sejam regularizadas as fases essenciais descumpridas, no caso, a da audiência pública;

iii.) Projeto, termo de referência, planilha de viabilidade econômica fundados em estudo de viabilidade técnica (ETP e planilha) desatualizados, causam potencial dano ao objetivo do certame, enquanto estudos atuais de viabilidade técnica servem para evitar posteriores revisões contratuais por inexecuibilidade, devendo haver a imediata inserção do ETP (Estudo Técnico Preliminar) e da Planilha de Viabilidade Econômica, devidamente atualizados.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

III. DA DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem 23.11 do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Recomenda-se que o setor técnico avalie:

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

2. Eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.

Ato contínuo, considerando que o teor da Impugnação aborda também questões jurídicas atinentes à eventuais alterações editalícias, encaminhe-se o presente processo à Procuradoria-Geral do Município, para ciência e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos.

Por fim, informamos que a realização do Pregão Eletrônico em pauta está agendada para o dia 26 de maio de 2025. Portanto, solicitamos urgência na análise do presente procedimento e retorno do feito para o regular prosseguimento do certame.

Nova Friburgo, 21 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934

À PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO, RJ

PREGÃO ELETRÔNICO 90.041/2025
CONTRATANTE (UASG) 985867

A Empresa **G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. **14.744.458/0001-60**, com sede na Av. XV de Novembro nº 517, Centro, Município de **Cornélio Procópio**, Estado do **Paraná**; através de seu representante legal **Gilberto Guidorizzi da Silva Junior**, portador da carteira de identidade **1.957.456/SESP-PR** e do CPF nº **443.528.089-20**, vem, tempestivamente, IMPUGNAR O EDITAL acima citado, pelos motivos seguintes:

1. REQUERIMENTO DE ATESTADO DA PESSOA JURÍDICA REGISTRADO EM CONSELHO DE CATEGORIA PROFISSIONAL

Equívoco comum em processos licitatórios é a confusão entre a capacidade técnica do profissional atestada por conselho específico e a da empresa, de mote burocrático.

Totalmente impertinente que se exija atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica que esteja “averbado” ou “registrado” por conselho profissional, pelo simples fato de que este atua apenas em face da pessoa física.

Deste modo, o item 19.3 do Edital há de ser superado:

19.3 A comprovação de capacidade técnico-operacional do proponente será demonstrada através da apresentação de um ou mais **Atestado de Capacidade Técnica da empresa, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado devidamente registrado(s) na entidade profissional competente**, compatível com este objeto, comprovando que a proponente e seu responsável técnico executou ou executa o serviço licitado contemplando a implantação e operação do sistema de estacionamento rotativo em via pública utilizando tecnologia de: (a) parquímetros

Inicialmente, o item 19.3 possui sério erro de semântica que coloca em dúvida seu sentido último.

Deveria ter sido pluralizada a palavra “Atestado” no trecho “um ou mais Atestados” eis que não há exclusão de um atestado eventualmente em face de outros que possam ser conjuntamente apresentados, e, portanto, o verbo vai para o plural.

Justamente por isso, corretamente a palavra posterior é “registrado(s)”, comprovando que se trata de situação de possível cumulação de atestados.

Demais, erro sério foi a falta de vírgula, após “privado”, vez que o apostro explicativo “devidamente registrado(s) na entidade profissional competente se refere exatamente aos atestados (ou ao atestado) de capacidade técnica da empresa.

Superado o problema semântico, totalmente ilegal o requerimento de registro de atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica em qualquer entidade profissional, pelo simples fato de que essas representam os atuantes, pessoas físicas.

O tema é bem antigo, decidido pelo TCU com fleuma.

Sobre o tema, destaca entendimento do TCU sobre o CREA, que é conselho profissional mais comumente atuante em procedimentos em geral, mas, também, significa uma extensão temática para qualquer outro conselho.

O Conselho Profissional é entidade com fundamento legal com função específica de garantia da boa e justa execução de serviços relacionados à engenharia.

Sua atuação coaduna-se com a fiscalização acerca de serviços e obras cuja segurança envolve terceiros, inclusive de natureza “difusa”, daí o transmitir indelével da “Ordem Pública”.

Justo por isso, atestados e outros documentos a serem insertos em procedimentos licitatórios que envolvam serviços abarcados por um conselho, por força da lei de licitações, **requerem indispensável validade por certificação desse órgão.**

Acontece ser ilegal que uma entidade específica de análise de profissionais acabe sendo promovida a definidora de capacidade técnica de pessoas jurídicas, pelo simples fato de que sua atuação não possui tal desdita.

Ainda que, obviamente, empresas possuam profissionais que, por sua vez, enquanto técnicos responsáveis, **devem ser orientados e assegurados pelo conselho da categoria**, este não possui, enquanto entidade de representação/fiscalização, capacidade de regulamentação de empresas, mas, apenas, de inspeção de pessoas.

Justo por isso, o registro da pessoa jurídica no conselho do profissional é indicativo que simboliza a existência de profissional responsável e, daí, mero documento accidental ou incidental, que não substitui o registro da pessoa física, sendo fungível e dispensável.

Já o registro da pessoa física, por seu turno, é principal e essencial, relacionado ao profissional, com efeitos comprobatórios difusos e único que pode ser exigido na licitação.

Por tal perspectiva, restou firmado que, no teor do Art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009, o registro de capacidade técnica de pessoa jurídica (atestados) não é de competência do CREA que trata, como dito, apenas, e tão somente, de pessoas físicas (profissionais).

A questão chegou ao TCU que firmou, por anos, que a necessidade IMPRETERÍVEL não é a do registro da pessoa jurídica no, mas, sim, a do PROFISSIONAL – PESSOA FÍSICA – eis que a entidade atua exatamente controlando a atuação de pessoas no mercado.

Vamos promover rápida leitura de alguns julgados:

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. **A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.**

Acórdão 470/2022-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes **deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.**

Acórdão 1542/2021-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. **A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.**

Acórdão 1849/2019-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a

emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. **A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.**

Acórdão 1674/2018-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES

Pelos julgados, resta evidente que o REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA é elemento acidental, fungível, que apenas liga a empresa a um profissional, enquanto o REGISTRO DO PROFISSIONAL é essencial, elemento de habitação infungível e que firma a VALIDADE JURÍDICA da proposta.

2. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não houve comprovação da realização prévia da AUDIÊNCIA PÚBLICA, tratando-se de uma CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

A ausência de audiências públicas mostra-se conclusivamente equívoco de publicidade *sine qua non* e que inviabiliza a certeza da boa competitividade do certame.

A audiência pública é pré-requisito essencial para se evitar uma concessão que não esteja em conformidade com o real interesse dos usuários e apenas constitua interesse particular do gestor por arbitrariedade.

A essencialidade vincula-se ao princípio da participação popular na gestão da Administração Pública pontifica na Constituição da República do Brasil de 1988, como exemplo, nos arts. 10, 187, 194, 194, VII, 198, III, 204, II, 206, VI e 216, §1º, bem assim os instrumentos de controle, como se vê, entre outros, no art. 5º, XXXIII, LXXI e LXXIII, e no art. 74, §2º.

A Lei nº 8.987, de 13/02/1995, trata do "regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos", a que se refere o art. 175 da Constituição da República. Embora não contemple, expressamente, a audiência pública, contém vários dispositivos que demandam a sua realização.

No início, a própria lei informa da necessidade de COOPERAÇÃO DOS USUÁRIOS na construção do Edital e da validade do próprio contrato:

Art. 30 As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Apenas com uma audiência de encontro público, com oitiva da população da cidade, é que se poderia inferir uma boa confecção de objeto lícito.

O art. 7º, I e II informa do modo de exercer do direito de os usuários receberem o serviço adequado, a depender da presença de informações para defesa de interesses individuais e coletivos do poder concedente ou da concessionária:

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

Tais informações apenas podem ser publicadas e transmitidas com a dita audiência pública, com a oitiva dos futuros usuários.

O art. 21 trata de mecanismo certo para colocar à disposição dos interessados "os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização" o que, por seu turno, apenas acontece com a audiência pública.

O art. 29, XII expressamente fixa a NECESSIDADE DE UM MECANISMO DE OITIVA DIFUSA para "estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço") e que, no art. 30, parágrafo único, representa a escolha dos representantes dos usuários na comissão encarregada de fiscalizar o serviço periodicamente:

Art. 21. Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

Obviamente, a falta de audiência pública prévia a uma IMPORTANTÍSSIMA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO causa a NULIDADE da VALIDADE DIFUSA do futuro contrato e, portanto, POTENCIAL CERTAME LICITATÓRIO absolutamente VICIADO, por ausência do indicativo democrático da PARTICIPAÇÃO POPULAR.

A antiga lei de licitação trata exatamente do tema, vinculando-o, aliás, como sendo um preceito elementar do processo:

Art. 39. Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea "c" desta Lei, o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.

O trecho legal configura um DIREITO INTRANSPONÍVEL que TEM DE SER SEGUIDO PELO ENTE PROMOTOR DA LICITAÇÃO, sob pena de NULIDADE ABSOLUTA DO CERTAME.

A lei 14.133 de 2021 manteve o caráter de PODER-DEVER do Administrador, em face da promoção da audiência pública, criando, inclusive, mecanismos alternativos, o uso de telecomunicação e dados via internet:

Art. 21. A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

Parágrafo único. A Administração também poderá submeter a licitação a prévia consulta pública, mediante a disponibilização de seus elementos a todos os interessados, que poderão formular sugestões no prazo fixado.

O TCU já decidiu exatamente nessa linha, ora considerando essencial a audiência pública (com nulidade de certames viciados por sua ausência), ora exigindo a publicação e consideração de perguntas e sugestões realizadas em tais audiências, para construção do objeto, do termo de referência e do Edital:

A não realização da audiência pública prevista no art. 39 da Lei 8.666/1993 constitui vício insanável que macula todo o procedimento licitatório, ocasionando a sua anulação.

Acórdão 2397/2017-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ

Os resultados dos debates promovidos em audiência pública devem ser divulgados, em respeito ao princípio constitucional da publicidade.

Acórdão 1945/2008-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

Em respeito ao princípio da publicidade, o órgão ou entidade que promoveu audiência pública deve motivar e divulgar as razões que a levaram a aceitar ou rejeitar os pleitos apresentados.

Acórdão 1756/2003-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Justamente por isso, nulo de pleno direito o Certame, eis que o Edital padece do critério democrático da CONSTRUÇÃO DOCUMENTAL com participação difusa.

3. AUSÊNCIA DE QUESITOS GARANTIDORES DA VIABILIDADE FINANCEIRA

Inexiste, no processo, ventilar de estudo técnico preliminar (ETP) ou de planilha de viabilidade econômica.

Ainda que o certame seja regido pela lei antiga, já revogada, COMO SE TRATA DE CONCESSÃO, os dois documentos TERIAM de estar insertos no corpo do processo.

O Edital trata de uma concessão de serviço público por um ente municipal para empresa privada, isto é, o órgão está DELEGANDO, por meio de um processo licitatório, função sua e própria para um ente particular.

Esta pessoa jurídica eventualmente irá ter de GERIR o serviço com EFICÁCIA e, portanto, o valor por si recebido há de ser SUFICIENTE para evitar surpresas com má-prestação de serviço essencial.

Destaca que a MOBILIDADE URBANA é um DIREITO CONSTITUCIONAL de modo que a delegação de SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, por impactar garantia desta amplitude, acaba por se relacionar ativamente com a boa prestação e a segurança cautelar de que o repasse é ajustado.

O ajuste, em tese, vincula-se a um ESTUDO OBJETIVO do MOMENTO em que se dará a concessão, considerando, efetivamente, os valores ajustados, atualizados e corretos, daí a pertinência de o processo licitatório SER INSTRUÍDO COM DOCUMENTOS ATUALIZADOS.

O estudo de viabilidade técnico-econômica, concretizado na planilha de viabilidade econômica e nos estudos técnicos preliminares, reiterados e citados nas leis regentes das licitações, são elementos de mão dupla: a segurança declaratória quanto ao labor que será executado e a análise da capacidade de gestão a ser auferida por meio de dados objetivos apresentados no Termo de Referência.

A Lei de Concessão estabelece que cabe aos usuários RECEBER SERVIÇOS ADEQUADOS:

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#), são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

No Art. 18, a lei exige que o órgão público apresente documentos aceitáveis para que se dê a elaboração de orçamentos e propostas COMPATÍVEIS COM A REALIDADE DA PRESTAÇÃO e, por sua vez, que desfrutem de condição economicamente viável:

Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterà, especialmente:

IV - prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

Nesta via, é evidente que o **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA** é documento inserto no processo com a já dita dupla função: **CAUTELAR que se mostra com o ESTUDO TÉCNICO PRFELIMINAR E A PLANILHA DE VIABILIDADE ECONÔMICA**, para que o órgão tenha condições de tratar de seleção de propostas que serão ativamente suficientes para se manter o processo; **GARANTIDORA**, para que a empresa garanta ser capaz de gerir seus serviços, a fim de manter o procedimento de maneira escoreita.

Obviamente, ETP e PLANILHA não de se relacionarem ao **MOMENTO EM QUE AS PROPOSTAS DEVERÃO SER CONFECCIONADAS** e, por sua vez, INTEGRARÃO O PROCESSO, evitando-se, demais, a presença de indicadores financeiros desatualizados ou inanes.

O projeto básico é o mecanismo que **possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo constar de forma constante e suficiente no Edital.**

Por tal documento é que as empresas podem AVALIAR O CUSTO DA OBRA E A DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS, isto é, OS FUNDAMENTOS PARA QUE A PROPOSTA SEJA TOMADA COMO EXEQUIVEL.

Sua funcionalidade foi clareada na lei 14.133 de 2021:

XX - **estudo técnico preliminar**: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela **viabilidade da contratação**;

XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, **que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução**, devendo conter os seguintes elementos:

- a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados,

obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;

A leitura singela dos tópicos de lei mostra que um pré-requisito de validade do projeto básico é a presença, no bojo da licitação, de ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA **CONSTRUÍDO EM MOMENTO próximo AO DA CONFEÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMADO PELO ESTUDO TÊNCIOC PRELIMINAR E PELA PLANILHA DE VIABILIDADE ECONÔMICA**, eis que a utilização de ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA antigos causa o VÍCIO DA INCERTEZA DE EXEQUIBILIDADE PRESUMIDA, dada a passagem do tempo.

Resta preclaro, ao relacionar o estudo de viabilidade técnica (presente e inserto no Edital) como prova de que o proposto é COERENTE COM O MERCADO e há AJUSTADO COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE, bastando atenção aos índices notados, sendo que expressamente tal elemento foi repetido na Lei 14.133/21.

A já mencionada lei de concessão também defende a necessidade de que o contrato seja precedido de VIABILIDADE TÉCNICO-FINANCEIRA (econômica), **com base em orientação e estudos da comissão promotora do certame e dos órgãos públicos envolvidos.**

A lei fixa de potencial DESCLASSIFICAÇÃO de proposta que, mesmo vencedora, DEMONSTRA-SE INCOMPATÍVEL COM A VIABILIDADE ECONÔMICA DO SERVIÇO, considerando, aliás, que se trata de serviço essencial e público em que a pessoa jurídica CONCESSIONÁRIA é LONGA MANUS do poder público concedente.

Um estudo de viabilidade técnico-econômica malfeito ou DESATUALIZADO é um “não estudo”, pois inválido, e, caso uma empresa vença o certame, a partir de uma proposta construída a partir dele, NECESSITARÁ DE REPACTUAÇÕES IMEDIATAS para viabilizar a execução.

A ausência DE ESTUDOS ESPECÍFICOS PARA GARANTIR A TODOS A VIABILIDADE ECONÔMICA DO CONTRATO É CAUSA DE ABSOLUTA NULIDADE DO EDITAL, como já decidido pelo TCU:

A licitação de objeto impreciso, **fruto da ausência de estudos consistentes acerca da viabilidade técnica e econômica da obra**, pode levar à contratação e execução de objeto que não atenda às necessidades da Administração.

Acórdão 397/2008-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN

Estudos ATUAIS de viabilidade técnica servem para evitar posteriores revisões contratuais por inexecuibilidade:

Nas licitações para recuperação de rodovias, a Administração deve elaborar projetos básicos adequados à execução completa dos serviços e em observância da viabilidade técnico-econômica do empreendimento, com vistas a evitar as constantes revisões de projeto em fase de obra, com alteração de especificações, acréscimo de itens não previstos no projeto e adoção de soluções meramente paliativas, bem como paralisações por insuficiência de recursos financeiros.

Acórdão 296/2004-Plenário | Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

O TCU EXPRESSAMENTE indica que o Estudo de Viabilidade Técnico-financeira TEM DE OCORRER LOGO ANTES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

Antes de realizar licitação cujo objeto pode ser alcançado por meio de soluções tecnológicas distintas, a Administração deve promover estudo de viabilidade, contemplando análise das possíveis soluções técnicas, comparando as respectivas variáveis de custo de implementação e de manutenção, de eficiência, de obsolescência, entre outras, com vistas a definir de forma clara e inequívoca a solução desejada.

Acórdão 1741/2015-Primeira Câmara | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Não faz qualquer sentido uma licitação de transmissão para particulares de serviço público essencial – *leitmotiv* de garantia constitucional – com base em projeto e termo de referência fundados em **ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA (ETP E PLANILHA)** envelhecido, sob pena de se causar potencial dano ao objetivo do certame.

O tema repete-se em outros julgados:

Os estudos técnicos preliminares devem servir de base para a elaboração do projeto básico, assegurando a viabilidade técnica da obra ou serviço e assegurando o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.

Acórdão 1568/2008-Plenário | Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

Os estudos técnicos preliminares devem demonstrar a viabilidade técnica a partir de todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra, com indicações dos estudos técnicos e ambientais, avaliação do seu custo, definição dos métodos e do prazo de execução.

Acórdão 1273/2007-Plenário | Relator: UBIRATAN AGUIAR

Não fora dito de forma diferente pelo TCE-SP:

EMENTA: EDITAL DE LICITAÇÃO. CONCESSÃO ONEROSA DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO E CUSTÓDIA DE VEÍCULOS. FALTA DE PUBLICAÇÃO DO ATO JUSTIFICATÓRIO DA OUTORGA. AUSÊNCIA DE ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICOFINANCEIRA E DE INFORMAÇÕES IMPRESCINDÍVEIS À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS. AUSÊNCIA DE LEI AUTORIZANDO A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS. ANULAÇÃO.

Sobre a relevância das condições estabelecidas nos artigos 5º e 18, IV da Lei nº 8.987/95, primordiais ao desenvolvimento válido e regular da concessão objetivada, peço vênia para trazer à colação excerto de interesse extraído dos autos dos TCs-3356.989.16-0 e 3361.989.16-3, Sessão Plenária de 13/04/2016, da relatoria do Eminentíssimo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues:

“A Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que regulamenta o artigo 175 da Constituição Federal, determina que para a concessão de serviços públicos o “poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo” (artigo 5º). Imprescindível à validade dessa opção, portanto, a existência de prévios estudos de viabilidade econômica e financeira que identifiquem, com precisão adequada, o fluxo financeiro para o período de operação previsto no futuro contrato, bem como os riscos associados aos investimentos e a parte que irá assumir eventuais efeitos derivados da frustração das estimativas utilizadas como fundamento” TC-008301.989.22-4 e TC-008413.989.22-9

Para o TCE-SP, estudos de viabilidade técnica incompletos, desatualizados e insuficientes geram dano absoluto que causa **NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO CERTAME**:

Inegável, no contexto de concessão, que a estruturação do processo seletivo e do futuro contrato pressupõe o equacionamento de diferentes variáveis a partir de estudos preliminares, inclusive para se demonstrar de maneira inequívoca a vantagem de se conceder o serviço no lugar de qualquer outra forma igualmente cabível para a consecução dos mesmos desígnios. Noto, a propósito, que o Termo de Referência informa que a Prefeitura distinguirá as licitantes de acordo com o valor de outorga proposto, a partir do mínimo de aceitabilidade, correspondente a 10% sobre o resultado operacional bruto da concessão, menos impostos (item 11.2). **Tais grandezas, juntamente com o valor projetado para o contrato, compõem custos que justificam fatores como a tarifa decretada e o fluxo de caixa, por exemplo, constituindo elementos cuja higidez deve ser demonstrada na forma dos estudos de viabilidade reclamados, essenciais para deduzir todos os custos desse modelo de gestão do serviço pelo tempo estimado da concessão, previsto, no caso, por 5 anos até o limite de 20 anos (item 7 do Termo de Referência).** As informações prestadas pela Prefeitura no sentido de que a estimativa de receitas foi baseada unicamente a partir da média dos últimos 12 (doze) meses apenas confirmam que a instauração do certame foi autorizada a partir de modelo que não exauriu as possíveis variáveis de impacto na concessão. Conforme bem apontado pela Assessoria Técnica especializada:

“[...] a estimativa de arrecadação do estacionamento rotativo, base para a formulação de propostas de concessão onde o critério será o da melhor oferta (melhor percentual sobre receita bruta dos serviços), deve considerar outras informações além da média de arrecadação dos últimos doze meses, como projeções futuras de demandas, detalhamento das vagas existentes, histórico de utilização por período, índice de uso indevido de vagas, investimentos necessários, etc. [...] uma estimativa séria depende de estudos técnicos prévios para avaliar a viabilidade da concessão e tais estudos devem considerar, inclusive, os impactos da pandemia de COVID na utilização das vagas de estacionamento rotativo e das restrições impostas ao funcionamento



das atividades comerciais/públicas na área abrangida pelo estacionamento rotativo.” Verificada, portanto, a insuficiência dos pressupostos para a implantação do certame, eventual retomada do projeto demandará, como condição de validade do processo administrativo, nova instrução dos correspondentes autos, tendo em vista suprir as omissões apontadas, na conformidade do quanto a norma disciplina.~

TC-019340.989.21-9

Deste modo, não nos restam dúvidas do equívoco absoluto do Edital.

REQUERIMENTOS

Pelo exposto, requer o recebimento e provimento da impugnação com as seguintes alterações no Edital:

- a) Exclusão de requerimento de exigência de registro de atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica em conselho profissional ou de requerimento de acervo da pessoa jurídica em conselho profissional.
- b) Suspensão do certame para que sejam regularizadas as fases essenciais descumpridas, no caso, a de audiência pública.
- c) Imediata inserção, no processo, do ETP (Estudo Técnico Preliminar) e da Planilha de Viabilidade Econômica, devidamente atualizados, a fim de as empresas compreenderem o modo de construção de suas propostas.
- c.1) Ausentes os documentos supramencionados, a suspensão do Edital com alteração por correção e inserção (confeção) de tais estudo e proposta.

Pede deferimento.

Cornélio Procópio-PR, 21 de maio de 2025.

G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA

CNPJ 14.744.458/0001-60

Gilberto Guidorizzi da Silva Junior

Sócio-Diretor

CPF 443.528.089-20 -RG 1.957.456





TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

017824/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: cb13dc62-fda5-48a0-a9e3-fe156477607a

AUTUADO EM	Quarta-feira, 21 de Maio de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA	

RESUMO

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PE 90.041/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.829/2023
EMPRESA IMPUGNANTE: G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA
CNPJ: 14.744.458/0001-60

DATA:21/05/2025

